

**DESENVOLVIMENTO E BURGUESIA BRASILEIRA NOS ANOS 2000 – as diferentes
visões, conclusões preliminares e uma agenda de pesquisa**

Artur Monte-Cardoso¹

ÁREA: 2. História Econômica e Economia Brasileira.

SUBÁREA: 2.3. Economia Brasileira Contemporânea.

SUBMETIDO PARA APRESENTAÇÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA.

RESUMO: Este artigo busca entender como as diversas interpretações sobre a mudança social em curso no Brasil nos anos 2000 enxergam o sentido do desenvolvimento e o papel da burguesia brasileira nesse processo. Para isso, destaca a importância da relação entre economia, estratificação social e estrutura de poder para o estudo do desenvolvimento e a representatividade da burguesia para entender os limites e dilemas do capitalismo subdesenvolvido e dependente. Discutem-se as novas visões desenvolvimentistas (oficial, novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo), as visões críticas (modelo liberal-periférico, reversão neocolonial e imperialismo brasileiro) e do seu confronto surgem conclusões preliminares e a sugestão de temas para uma agenda de pesquisa que aprofunde o estudo da burguesia brasileira no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, novos desenvolvimentismos, burguesia brasileira.

ABSTRACT: This article seeks to understand how the various interpretations of social change underway in Brazil in the 2000s see the direction of development and the role of the Brazilian bourgeoisie in the process. For this highlights the importance of the relationship between economics, social stratification and power structure to study the development and the representation of the bourgeoisie to understand the limitations and dilemmas of underdeveloped and dependent capitalism. We discuss the new developmental visions (official, new-developmentalism and social developmentalism), the critical views (liberal-peripheral model, neocolonial reversal and brazilian imperialism) and from his confrontation arise findings and suggested topics for a research agenda further study of the Brazilian bourgeoisie in the XXI century.

KEYWORDS: development, new developmentalisms, brazilian bourgeoisie.

CÓDIGOS JEL/JEL CODES: N16, O10, O54.

¹ Mestrando em Economia no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). E-mail: arturmoca@gmail.com.

1. Introdução.

Os anos 2000 foram marcados por mudanças sensíveis nos indicadores econômicos e sociais. O aumento do crescimento, do investimento (e, nele, do setor público), das exportações, reservas acumuladas, de um lado, e a redução da miséria extrema e do desemprego, aumento do salário mínimo e queda da desigualdade de renda constituíram o quadro em que reacendeu o debate sobre o desenvolvimento brasileiro. A possibilidade de discussão de opções e rumos voltou a mobilizar a política, a academia, grande mídia, instituições de pesquisa e a burocracia do Estado. Voltou-se a falar em um certo desenvolvimentismo, identificado com o governo Lula (BIELSCHOWSKY, 2012; ERBER, 2011; MORAIS & SAAD-FILHO, 2011).

Proliferaram novas visões desenvolvimentistas mais ou menos estruturadas, que entendiam ser possível ou mesmo já estar em curso uma nova estratégia que combina crescimento sustentado, distribuição de renda e autonomia nacional, em pelo menos três vertentes: uma oficial ligada a pessoas do governo, a novo-desenvolvimentista e a social-desenvolvimentista. Por outro lado, foram defendidas visões distintas e críticas do momento em curso, como a que aponta a permanência de um Modelo Liberal-Periférico, a que alerta para os riscos de estar em curso um processo de Reversão Neocolonial ou de o Brasil estar empenhado em um tipo de Imperialismo próprio ainda que sob condições de dependência, para mencionar algumas representativas.

O fato positivo é que a proliferação de debates volta a jogar luz sobre questões que ficaram à sombra no debate econômico e em particular do desenvolvimento por um bom período: o papel dos agentes sociais, em particular da burguesia brasileira. Neste artigo, argumenta-se que o debate sobre o desenvolvimento não pode escapar das relações entre estratificação social e estrutura de poder, o que leva necessariamente ao estudo das classes. Em específico, em sociedades subdesenvolvidas e dependentes como a brasileira, o papel jogado pela burguesia e suas relações com as demais classes e o Estado é central para a compreensão do ritmo, sentido e intensidade das mudanças em curso.

Para tanto, este artigo apresenta as visões mencionadas no que diz respeito ao seu entendimento de qual é o sentido do desenvolvimento – e mesmo se se pode falar nele – e em especial o caráter e papel da burguesia brasileira atual. Desse confronto deverão sair conclusões preliminares e, principalmente, elementos que sirvam para uma agenda posterior de pesquisas.

O artigo possui mais quatro seções além dessa Introdução. A primeira apresenta o referencial teórico e o problema que se busca resgatar na relação entre desenvolvimento e burguesia no capitalismo dependente. Na sequência, são apresentadas as novas leituras desenvolvimentistas e três visões críticas do período. A terceira seção apresenta críticas preliminares a partir do confronto das visões e, na última seção, é apontada uma agenda de pesquisa como consideração final.

2. Desenvolvimento, capitalismo dependente e burguesia brasileira.

A Economia possui o vício de restringir-se à lógica dos meios e o estudo do Desenvolvimento, em específico, o de identificar-se com o Progresso Técnico, problema próprios da força da difusão das técnicas sob a civilização industrial, como argumenta FURTADO (1981, p. X-XI). Contudo, explica o autor, a perspectiva do desenvolvimento deve ser entendida como o estudo da mudança social e do controle sobre essa mudança, da descontinuidade e da intencionalidade, da adequação entre meios e fins. O objetivo desse eixo de análise é buscar explicitar os parâmetros e entender como se modificam, desafio crucial dos economistas – pioneiramente lançado pelo estruturalismo latinoamericano – para fugir do economicismo (FURTADO, 1977, pp. 13-14).

FURTADO (1977, cap. 1) explica que a base do desenvolvimento é a existência de um excedente econômico sobre um custo histórico de reprodução da população, excedente que explicita a existência de um “horizonte de opções” que torna imperativa a transformação daquela sociedade. Como a definição da importância relativa do excedente econômico em cada sociedade e o seu destino são dois antagonismos cruciais resultantes da interação de forças sociais, o conflito dessas forças é parte fundamental do estudo do desenvolvimento. Onde geração e uso do excedente criaram e reproduziram desigualdades – e estratos sociais –, o fizeram via diferenciação no consumo corrente privado ou público, na acumulação privada de bens duráveis, na formação das famílias enquanto fatores de produção ou de seu acesso a postos de prestígio ou no sistema produtivo (sincrônica e diacronicamente) que reflete essas diferenciações ao longo do tempo.

O ponto decisivo que liga a teoria do excedente com a estratificação social é o sistema de poder a eles correspondente. A capacidade de definir a magnitude e o uso do excedente social está vinculado ao controle dos meios de produção e ao controle do sistema de valores, além do sistema repressivo (FURTADO, 1977, p. 29). Explicitar as relações entre estratificação social e estrutura de poder é decisivo para o estudo do desenvolvimento e permite romper os diques do economicismo:

“O grande alcance ideológico da ciência econômica, no sentido de contribuir para facilitar o desenvolvimento das forças produtivas no quadro do capitalismo, radica em que ela contribui para ocultar os elementos de poder que existem nas decisões econômicas, assimilando-as a ‘automatismos’ ou ‘mecanismos’, cujas leis deviam ser ‘descobertas’ e escrupulosamente respeitadas” (FURTADO, 1977, p. 30).

A problemática do desenvolvimento no Brasil passa pela compreensão de como se supera o subdesenvolvimento e a dependência, isso é, como se quebram os pilares da dependência –

econômica, política, tecnológica e cultural – e da profunda desigualdade e segregação social – desemprego estrutural, desequilíbrios regionais, concentração da renda, democracia, direitos etc (SAMPAIO JR., 1999a). E, de acordo com o referencial trazido por Furtado, passa por como se relacionam o excedente econômica, a estrutura de classes e a de poder associado.

Para o êxito dessa tarefa de investigação, o caráter e o papel que assume a burguesia brasileira são cruciais, pois ajudam a entender o sentido e o ritmo das transformações em curso no Brasil. Essa classe é um elemento representativo da autonomia relativa do capitalismo brasileira e de sua capacidade de assimilar democracia e igualdade social. Burguesia e suas relações com o capital internacional, classes trabalhadoras, Estado, sua base material, técnica e financeira, seu projeto político e ideologia foram alvo dos estudos dos grandes debates brasileiros dos anos 1950 a 1970. O que se propõe nesse artigo é o resgate dessa tradição de análise, que vem sendo trilhado por vários caminhos (por exemplo, ver BASUALDO & ARCEO, 2006; e BOITO, 2007) e que passa pelo problema dos agentes, em particular da burguesia brasileira, como forma de enriquecer a análise do desenvolvimento.

3. Visões sobre desenvolvimento e burguesia brasileira nos anos 2000

3.1. As novas visões “desenvolvimentistas”.

Um primeiro movimento de interpretações são aquelas que identificam nos anos 2000 e em particular os governos de Lula e Dilma com a retomada de um certo *desenvolvimentismo*. O período de relativa aceleração do crescimento e dos investimentos com alguma distribuição de renda, a manutenção da estabilidade monetária e dos superávits fiscais primários, o acúmulo de reservas e o resultado comercial são alguns dos fatores que levam a um conjunto de autores a afirmar que estão constituídas ou em constituição das bases para um novo tipo de desenvolvimentismo, diferente do antigo.

Neste artigo, afirmamos haver pelo menos três vertentes mais estruturadas de novos desenvolvimentismos (diferentes da classificação proposta por Claudio Mattei²): a *oficial*, a *novo-desenvolvimentista* e a *social-desenvolvimentista*. Apesar das diferenças entre elas, que serão tratadas adiante, as três visões compartilham uma matriz comum que congrega diversos pontos:

- (i) O *desenvolvimento* é entendido como o crescimento alto e sustentado que permite conciliar distribuição de renda. É distinto, afirmam, do *velho desenvolvimentismo*, notoriamente

2 Das três linhas indicadas por MATTEI (2010), as visões de Sicsú, Paula e Michel e as de Bresser-Pereira são agrupadas como *novo-desenvolvimentismo* e as do IPEA são incorporadas ao desenvolvimentismo *oficial*.

antissocial e desequilibrado. O objetivo é alcançar os padrões de renda *per capita* dos países desenvolvidos (*catching-up*).

- (ii) O *keynesianismo* é sua leitura sobre as possibilidades construtivas do capitalismo. Trata-se da crítica ao liberalismo econômico puro, afirmando a necessidade de intervenção do Estado na economia para enfrentar o sistema financeiro e reduzir as taxas de juros e garantir um nível de demanda agregada que minimize a incerteza estrutural da economia e incentive o investimento. Politicamente, apregoa alguma forma de pacto social das classes produtivas, empreendedores e trabalhadores, contra a especulação e o rentismo.
- (iii) Reconhece uma questão social específica devido à grande desigualdade de renda e de acesso a serviços e bens públicos e aponta para o alto crescimento – garantidor de demanda por força de trabalho e de espaço fiscal para política social – como única forma de garantir o equacionamento da questão. Também incorpora as políticas focalistas e de transferência de renda como eixos importantes. Nega, dessa forma, a urgência de reformas estruturais que mexam nos parâmetros do sistema como necessidade para o desenvolvimento.
- (iv) Reconhece que o velho desenvolvimentismo legou uma industrialização relativamente avançada, assim como um Estado com capacidade de fazer a coordenação e o planejamento estratégico do desenvolvimento.
- (v) Entende que a falta de bases técnicas e financeiras próprias são duas das debilidades mais cruciais do capitalismo brasileiro.
- (vi) Consideram que o novo desenvolvimentismo já é viável, vinculando mais ou menos sua viabilidade a alguns feitos dos governos Lula/Dilma. São parte integrante ou aliados desses governos, que tentam afirmar e/ou disputar os rumos estratégicos do seu futuro.

As diferenças giram em torno: primeiro, a visão oficial faz uma forte defesa dos méritos e acertos dos governos Lula e Dilma como centrais na mudança de rumos do país, enquanto que as outras duas, possuindo algumas críticas, tentam influenciar o governo no sentido de suas propostas. Segundo, quanto ao *mix* de políticas econômicas que o governo deve adotar para engendrar ou aprofundar o desenvolvimentismo. E terceiro, quanto ao fato de o próprio governo levar (ou não) adiante um projeto desenvolvimentista, livre dos marcos de política econômica neoliberal herdada de seu antecessor. Vejamos com mais detalhes cada visão.

A leitura *oficial* acerca de um novo desenvolvimentismo tem em OLIVA (2010a, 2010b) e em BARBOSA e SOUZA (2010) seus principais formuladores, mas pode ser encontrada também em SADER e GARCIA (2010), MANTEGA (2007), COUTINHO (2011), POCHMANN (2012), dentre outros. Ela não se constitui como um plano ou projeto de desenvolvimento bem definido e

previamente elaborado, mas como resultado da práxis dos formuladores de políticas e lideranças do governo. Sua ideia central é que o resultado econômico que compatibilizou crescimento (baseado no mercado interno), distribuição de renda e redução da vulnerabilidade externa foi resultado das decisões políticas do governo Lula, o que gerou, por sua vez, a constituição das bases de um novo desenvolvimentismo no Brasil.

O ponto-chave da argumentação é a retomada do papel estratégico do Estado no estímulo ao desenvolvimento e no planejamento de longo prazo, resultado da vontade política do governo. Os autores afirmam que a nova política externa soberana diversificou os parceiros comerciais o governo aproveitou as oportunidades de exportações e a recepção de investimentos para acumular reservas, equacionando o histórico problema das restrições externas e adquirindo espaço de manobra para realizar políticas anticíclicas. É uma posição relevante, que desloca para segundo plano o ciclo econômico que durou até 2008 e o salto do mercado de commodities agrícolas, minerais e industriais que marcou a década. Segundo, o governo teve a iniciativa decisiva de unificar e coordenar melhor as políticas sociais, além de ampliá-las, o que revelou sua opção pelo crescimento baseado no mercado interno de massas. O que permite que tal processo seja *sustentável* é que o Brasil transitou para um Estado democrático e cuja política econômica garante o equilíbrio fiscal e monetário, condição para conciliar política social, investimento público e privado e soberania nacional.

O novo desenvolvimentismo marca posição contra o “velho desenvolvimentismo”, como se disse, por não acomodar o desequilíbrio fiscal, monetário e externo e por ter o “social” como eixo estruturante (OLIVA, 2010b, pp. 20-21). Também critica a relação “paternalista” entre Estado e setor privado e o excessivo protecionismo comercial (COUTINHO, 2011, p. 418). Quanto ao neoliberalismo, profundamente identificado como o governo antecessor de Fernando Henrique Cardoso, diferencia-se por estancar a “hegemonia neoliberal”, pautada pelas privatizações, a abertura econômica, a precarização das relações de trabalho, o enfraquecimento do Estado e a centralidade da estabilidade monetária, em falar na defensiva dos movimentos populares (SADER, 2010, p. 25); a política social diminuta é também lembrada por POCHMANN (2012). OLIVA (2010b) aponta ainda a vulnerabilidade e a dependência externas, a regressão e especialização produtiva e a desnacionalização da economia.

O caráter desenvolvimentista do governo Lula é consenso com algumas diferenças internas. Há os que o afirmam que ele foi coerente desde o começo, embora tendo que fazer concessões e ajustes para garantia da governabilidade e que a execução equilibrada da política macroeconômica, mesmo nos marcos herdados (regime de metas de inflação) não desmerece, mas fortalece o governo (OLIVA, 2012b; MANTEGA, 2007; PINHO, 2011). Para outros, foi a partir de meados do governo

– 2005-2006 para BARBOSA e SOUZA (2010), 2007-2008 para COUTINHO (2011) – que o governou fez uma guinada efetiva. Há ainda visões dentro do debate que argumentam ainda estar em disputa a visão do governo, mas que ele tem progressivamente assumido um caráter desenvolvimentista (ERBER, 2011; MORAIS & SAAD-FILHO, 2011).

No âmbito dessa difusa leitura *oficial*, a centralidade da política e a relativa autonomia do Estado – sob influência de um governo promotor de mudanças – é notória. Do ponto de vista da economia, é a ação reguladora e indutora do Estado que assegura um funcionamento positivo do mercado, através do incremento da produção. Não se trata de um Estado “empresário” e passa até por visões mais firmes em explicitar o setor privado como agente do investimento (COUTINHO, 2011, p. 417). Embora não haja indisposição com o capital internacional *a priori*, até mesmo porque ele é considerado um parceiro quando investe no país, a construção de grandes grupos econômicos nacionais com capacidade de internacionalização é estratégica e conta com suporte estatal (IDEM, p. 419). A classe trabalhadora e suas organizações são tomadas como responsáveis pelo caráter popular do governo que, mesmo sendo pluriclassista ou de coalizão, buscava enfrentar as questões social e nacional (OLIVA, 2010b; SADER, 2010).

Está nas mãos do governo, portanto, enfrentar dois grandes desafios: os gargalos de infraestrutura e logística para sustentar o desenvolvimento e a defasagem na educação e ciência. Para isso, o Brasil conta com um cenário externo bom para exportações, com um mercado interno consumidor e produtor de vulto, vantagens ambientais, o Pré-Sal e a democracia consolidada para combater a privatização, a corrupção e o patrimonialismo do Estado (OLIVA, 2010a).

O *novo-desenvolvimentismo* é a corrente mais organizada do ponto de vista teórico. Sua tese é que o Brasil não entrou no novo-desenvolvimentismo, mas já tem condições para mudar para essa nova estratégia de desenvolvimento, fundada no crescimento sustentado *export-led* com equilíbrio macroeconômico e fiscal, espaço para mais e mais eficientes gastos sociais e politicamente viável por uma estratégia nacional suportada por empresários (produtivos) e trabalhadores. Sua principais teses podem ser encontradas em SICSÚ, PAULA e MICHEL (2007), BRESSER-PEREIRA (2010a, 2010b), OREIRO (2012) e OREIRO e PAULA (2011).

Sua forte inspiração keynesiana e neoestruturalista fica clara na crítica ao liberalismo (para uma apresentação sistemática, ver MATTEI, 2011; para uma crítica, ver BRANCO, 2009). O livre-mercado é considerado insuficiente e daí a necessidade do Estado para garantir demanda agregada e impedir o desemprego e a crise, como mostrou Keynes. O conflito entre os empreendedores e os especuladores está na base das possibilidades construtivas do capitalismo e é decisiva uma aliança política entre os primeiros e os trabalhadores para concretizá-las (SICSÚ *et alli*, 2007).

Seu ponto de partida é a crítica ao arranjo macroeconômico brasileiro, que o deixa exposto a dois problemas históricos: o crescimento dos salários reais abaixo da produtividade, o que debilita o mercado interno, e a tendência à sobreapreciação da moeda doméstica, que compromete a base produtiva local e sobrecarrega o Estado para sua defesa. O segundo aspecto, em especial, é resultado de dois fatores. Em primeiro lugar, a “doença holandesa”, causada pela sobreapreciação cambial derivada da obtenção de “rendas ricardianas” por exportações de produtos baseados em recursos naturais ou mão-de-obra barata. Acontece que a taxa de equilíbrio corrente, onde tais setores são viáveis, está distante da taxa de “equilíbrio industrial”, em que os setores com tecnologia no estado da arte mundial seriam competitivos, colocando em xeque a sua sobrevivência. Em segundo lugar, o recurso permanente à poupança externa (déficits em transações corrente) é viabilizado (enquanto não se ajusta por meio de crises cambiais) pelo ingresso de capitais externos que pressionam à valorização da moeda doméstica, além de viabilizar uma troca de poupança interna por externa, dada alta propensão a consumir. Essa é a crítica da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, base teórica utilizada (BRESSER-PEREIRA, 2010b, pp. 60-65).

Para enfrentar tais questões, é apresentado o programa novo-desenvolvimentista como plataforma política. A mudança principal é a desvalorização da moeda doméstica ao nível do “equilíbrio industrial”. Há um impacto inicial por causa da redução de renda real que é compensado pela possibilidade de haver um crescimento de tipo *export-led* (OREIRO, 2012) sustentado a taxas altas com progressivo *catching-up* tecnológico. Para que isso seja viável, é preciso equilíbrio fiscal e um sistema de financiamento para o investimento. O primeiro será viabilizado através de um fundo soberano criado em cima das rendas dos exportadores (que será preservada em moeda doméstica, dada a desvalorização) e da meta do governo de um superávit em conta corrente (exclusive investimentos) que, combinados, viabilizarão o suporte estatal sem pressão inflacionária. Consequentemente, e daí o segundo ponto, o governo pode reduzir as taxas de juros e criar bases para um sistema financeiro pró-investimento em moeda doméstica, baseado na poupança interna. Isso permite também prosseguir políticas redistributivas e acima de tudo os gastos em equidade social para garantia de oportunidades iguais e desenvolvimento do capital humano (BRESSER-PEREIRA, 2010b, pp. 66-70).

O problema política reside na ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento. O novo-desenvolvimentismo se baseia na complementariedade entre Estado e Mercado fortes e na existência de uma base empresarial nacional capaz de sustenta-la do ponto de vista objetivo (SICSÚ *et alli*, 2007). O relativo desconhecimento do novo-desenvolvimentismo, o êxito corrente no controle da inflação e a persistência da hegemonia neoliberal, ligada ao capital rentista, impedem uma mudança de rumos mais efetiva no sentido desse projeto. Aos poucos, contudo, a estratégia

parece viável para o setor industrial temeroso das ameaças de desindustrialização, para os trabalhadores interessados em empregos e salários reais em crescimento e mesmo para os exportadores, desde que não reduzam suas rendas em moeda doméstica. É com base no convencimento desses três setores e classes médias intelectuais e organizações corporativas que o novo-desenvolvimento pode se tornar uma realidade a partir da mudança de rumos do governo.

Por fim, o *social desenvolvimentismo* é outra variante acadêmica que disputa os rumos da política econômica do governo, mais recentemente e menos organizado que a visão anterior. Sua tese principal é que, embora o desenvolvimento seja crescimento com política social, a vaga redistributiva que permitiu o crescimento baseado no consumo interno nos anos 2000 está relativamente esgotada, exigindo que o país passe a combinar, também e principalmente, o crescimento pelo investimento autônomo, fundamentalmente em infraestrutura. Os trabalhos mais destacados nessa visão são os de CARNEIRO (2011, 2012), COSTA (2012) e BASTOS (2012).

Partindo do que seriam os progressos da “segunda geração da Escola de Campinas” (COSTA, 2012), em especial a tentativa de combinar em sua análise os fatores externos e internos do desenvolvimento, os autores enfatizam como a base industrial relativamente robusta que emerge nos anos 1980 é impactada pelas fragilidades estruturais no financiamento de longo prazo e na inovação tecnológica, cobrando seu preço na longa crise que se desdobra por mais de duas décadas. A abertura comercial e financeira – essa, em especial, devido à inconversibilidade monetária na periferia em um capitalismo sob dominância financeira – são responsáveis por aprofundar o atraso do Brasil e da América Latina frente ao centro e aos países emergentes asiáticos.

Sob tais adversidades, o governo Lula teve de impulsionar o consumo doméstico, principal alavanca do crescimento nos anos 2000. A ampliação do crédito, do salário mínimo e das transferências, aliado à capacidade de os trabalhadores reivindicarem com liberdade sindical salários acima da produtividade, aos programas de moradia e redução dos juros possibilitaram recuperar um patamar grande de defasagem salarial e reduzir a concentração da renda. Contudo, não será viável continuar o processo no mesmo ritmo, dados os altos *spreads* bancários, os limites fiscais, a produtividade como parâmetro para reajustes nos setores sindicalizados e no salário mínimo por lei. É uma crítica em alguma medida aos limites do desenvolvimentismo oficial.

O setor externo é beneficiado por uma dinâmica positiva, mas que enfrenta condicionantes incertos dada a persistência da crise econômica e não tem capacidade de por si só mobilizar o crescimento (crítica ao novo-desenvolvimentismo – vide BASTOS, 2012, pp. 801-805). Já o investimento até agora foi baseado: nos setores exportadores, de dinâmica descontinuada; nos setores para o mercado interno, a reboque do consumo e com multiplicador limitado pelo processo de especialização regressiva; e na construção, com destaque para a moradia (ainda limitada pela

falta de *funding*) e para a infraestrutura, com papel crescente do Estado, mas ainda muito aquém do preciso para atingir patamares dinamizadores (CARNEIRO, 2011, p. 20-26).

É aqui que entra a contribuição de BIELSCHOWSKY (2012), explorada em CARNEIRO (2012) e BASTOS (2012), de que o crescimento a longo prazo pode ser viabilizado pela conjunção de três motores: o mercado interno, os setores intensivos em recursos naturais e o investimento autônomo em infraestrutura econômica e social. O primeiro fator é base da estrutura econômica brasileira e dá escala para o crescimento; o segundo permite, além de explorar com vantagens uma cadeia de enormes proporções – a de petróleo e gás associada à extração no Pré-Sal –, acumular reservas que dão robustez externa e financiam a modernização produtiva; o terceiro é o componente autônomo decisivo, de responsabilidade principal do Estado com esforços do setor privado via parcerias e concessões. Os três motores seriam reforçados por investimentos no adensamento de cadeias produtivas, uma nova rodada de substituição de importações onde for possível, o enfrentamento da agenda social e pela incorporação da inovação tecnológica inclusive via formação de grandes empresas brasileiras. Pressuposto do programa é o controle da conta capital do balanço de pagamentos e a constituição progressiva do financiamento de longo prazo em moeda doméstica.

A leitura *social-desenvolvimentista* aponta então para a dificuldade que o governo terá de continuar a agenda social e de investimento sem enfrentar os interesses plutocráticos no Brasil e as políticas que os beneficiam, sentido apontado pelo governo Dilma (BASTOS, 2012, pp. 804-805). É a volta à questão do estadista que possa, aproveitando as oportunidades históricas, fazer movimentos decisivos na rota de um desenvolvimento soberano e democrático. Nesse aspecto, tal visão compartilha a noção de Estado autônomo com as outras duas, sem explicitar como tal enfrentamento pode ser feito de fato contra tão poderosos interesses.

3.2. As leituras críticas do “novo desenvolvimentismo” e do período Lula.

Para além das visões que se identificam com as possibilidades do desenvolvimento com distribuição de renda e soberania nacional, houve um movimento minoritário de crítica à situação brasileira e o papel dos governos petistas na década de 2000. Elas estiveram presentes nas oposições e dissidências partidárias, nos movimentos sociais, sindical e popular e nos intelectuais que não ingressaram no arco político de suporte aos governos. Dessas visões, destacaremos três que possuem densidade teórica e que partem de matrizes teóricas distintas para fazer a crítica e apontar o papel específico, geralmente negativo, da burguesia brasileira no processo.

3.2.1. O Modelo Liberal-Periférico e a burguesia brasileira no Bloco de Poder.

Proponentes do termo *Modelo Liberal-Periférico* para descrever o padrão atual de desenvolvimento brasileiro, FILGUEIRAS e GONÇALVES buscam compreender as relações entre interesses econômicos e políticos no Estado. Os autores argumentam que não houve ruptura com o neoliberalismo no Brasil, tampouco um novo desenvolvimentismo durante os governos Lula e Dilma, mas apenas a flexibilização quantitativa da política econômica, que lhe rendeu os resultados positivos, dada pela conjuntura externa. Com a ascensão da grande burguesia *interna* brasileira ao bloco de poder hegemônico dominado pelo capital financeiro através dos bancos públicos, aprofundaram-se as tendências à dependência estrutural de *commodities* à vulnerabilidade externa e ao *desenvolvimentismo as avessas*, acelerando a necessidade de uma radical mudança da política econômica, industrial, comercial e social para permitir um verdadeiro desenvolvimento.

Buscando entender o papel das classes sociais no desenvolvimento econômico, os autores mobilizam a relação entre o *padrão de desenvolvimento* e o *bloco no poder*. O *modelo* de desenvolvimento é constituído por um padrão identificado pelos seguintes eixos estruturais: a) a relação capital-trabalho; b) a relação capital-capital; c) a relação com o setor externo (inserção externa); d) a estrutura e o funcionamento do Estado; e e) as formas de representação política (FILGUEIRAS, 2006; FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007). Cada modelo, explicam FILGUEIRAS e OLIVEIRA (2012, pp. 4-5), está associado a um bloco no poder, isso é, à classe capitalista em relação com o Estado e o resto da sociedade, considerando a sua diversidade de frações burguesas e em especial aquelas que são hegemônicas.

Entre os anos 1980 e 1990, o Brasil transitou de um Modelo de Substituição de Importações (MSI) para um Modelo Liberal-Periférico (MLP) (FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007). A implementação do MLP ocorreu em três fases: o governo Collor, onde se deu a turbulenta ruptura com o MSI e as primeiras ações neoliberais, o governo FHC, onde ocorre a consolidação da nova ordem neoliberal e por fim o governo Lula, com a ampliação e consolidação da hegemonia do capital financeiro (FILGUEIRAS, 2006, p. 186), além do ingresso da grande burguesia brasileira, o agronegócio e os exportadores no bloco de poder (FILGUEIRAS et alii, 2010). O MLP é caracterizado, portanto, por: a) uma relação capital-trabalho modificada em favor do primeiro, resultante da reestruturação produtiva e dos efeitos da abertura econômica e da estagnação, e que levou ao enfraquecimento objetivo e da representação política dos trabalhadores; b) uma relação intercapitalista pautada de dominância financeira, centralização crescente do capital, privatização, desnacionalização do controle, ampliação da importância dos setores ligados ao comércio exterior, redefinição dos vínculos de filiais de empresas estrangeiras com o espaço econômico nacional e unidade contra os direitos trabalhistas; c) abertura comercial e desregulação financeira que

subordinaram a balança de transações correntes às necessidades de remuneração do capital estrangeiro, criaram uma tendência à especialização regressiva e à desindustrialização, reposicionando o país na nova divisão internacional do trabalho; d) o processo de desregulação, privatização e de fragilização fiscal tirou do Estado a capacidade de intervir estrategicamente na economia e subordinou a política econômica ao imperativo dos interesses do capital financeiro; e) O resultado do ponto de vista da representação política foi o enfraquecimento dos trabalhadores frente à burguesia e a perda de identidade de classe, o enfraquecimento dos setores sociais ligados ao velho MSI, inclusive o funcionalismo público, resultando no correlato movimento defensivo e de inflexão política pelo qual passaram a CUT e o PT (FILGUEIRAS, 2006, pp. 187-195 e 200-204; FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007, pp. 95-116). Somou-se a isso uma forte instabilidade macroeconômica causada pela dominância financeira (GONÇALVES, 2006).

A interpretação geral dos autores é bastante crítica aos anos da era Lula: em sua opinião, o MLP foi mantido e aprofundado durante o período, passando somente por mudanças tópicas, como uma flexibilização quantitativa do padrão macroeconômico, permitida pela redução conjuntural da vulnerabilidade externa, e a incorporação de novas frações burguesas ao bloco de poder (FILGUEIRAS *et alli*, 2010; FILGUEIRAS & OLIVEIRA, 2012). As relações entre EUA e China nos anos 2000 constituíram um novo motor da economia mundial, determinando um novo ciclo de liquidez externa e a alta da demanda e de preços de matérias-primas agrícolas, minerais ou industriais. Foi o movimento externo que possibilitou ao país o desempenho comercial e o ingresso de capitais externos que serviram de base para a volta do crescimento e para o acúmulo de reservas anunciado como a redução – conjuntural, afirmam os autores – da vulnerabilidade externa. É isso que permite um inegável aumento do protagonismo do Estado (via bancos e empresas públicas) que, somado a alguma ação política dos governos, se reverterá na flexibilização do tripé macroeconômico e na ampliação da política social. O resultado foi maior crescimento, menor desemprego, melhoria nas distribuições de renda e redução da pobreza extrema.

Mas tal movimento não consegue romper com o modelo neoliberal. De fato, alertam os autores, houve melhorias para os trabalhadores (exceto na questão agrária), mas sem modificar o essencial – precarização social e defensiva política dos trabalhadores. Contudo, o padrão aprofunda três tendências – a vulnerabilidade externa estrutural, a fusão de interesses do capital brasileiro com o Estado e a mudança do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. Enquanto o essencial do MLP é mantido, as tendências de doença holandesa, especialização regressiva, desindustrialização, dependência tecnológica, baixa competitividade e centralização do capital são reforçadas (GONÇALVES, 2012). O país torna-se crescentemente dependente dos grandes grupos exportadores, dentre eles parte da chamada *burguesia interna*, uma intermediária entre a burguesia

compradora e a nacional (FILGUEIRAS & OLIVEIRA, 2012). Tais grupos passam a ser contemplados pelo governo nas suas demandas de capitalização e internacionalização, mediadas pelos bancos públicos e em especial pelo BNDES. Resulta disso a constituição de um verdadeiro *capital financeiro* como entendido por Hilferding, a fusão entre capital industrial e capital bancário (estatal), e a ascensão dessa fração burguesia ao bloco de poder ainda hegemonizado pelo capital financeiro (FILGUEIRAS *et alli*, 2010). Como a política econômica, mantida em sua essência, não reverte a tendência à valorização do Real e como a abertura comercial e financeira é mantida, a dependência estrutural de exportação de primários apenas aprofunda a vulnerabilidade externa *estrutural*. Como não ocorreu alteração no quadro social e no *modus operandi* da política, o governo teve sucesso na submissão do PT e na capacidade de apaziguamento de conflitos e cooptação dos interesses dos trabalhadores.

A crítica ao suposto novo desenvolvimentismo na era Lula/Dilma não poderia ser mais contundente: trata-se no máximo de um novo desenvolvimentismo *às avessas*: em vez de industrialização, desindustrialização; em vez de substituição de importações, a dessubstituição; em vez de melhoria no padrão comercial, reprimarização das exportações; em vez de avanço no sistema de inovações nacional, dependência tecnológica; em vez de maior controle nacional sobre o sistema econômico, desnacionalização; em vez de ganhos, perdas de competitividade; em vez de redução, ampliação na vulnerabilidade externa estrutural; em vez de desconcentração, concentração de capital; e em vez de subordinação da política monetária à de desenvolvimento, dominação financeira (GONÇALVES, 2012). Criticando BARBOSA e SOUZA (2010), GONÇALVES (2010) afirma que a noção de que um desenvolvimentismo saiu vitorioso apenas pelos méritos de seus pensadores, reconhecimento do presidente e um pouco de sorte apenas serve para esconder a economia política dos conflitos de interesses, embaçar o entendimento da realidade e a capacidade de formulação de políticas alternativas. Por fim, o novo desenvolvimentismo “(...) tal como o velho, sintetiza o capitalismo possível de existir na periferia do capitalismo na ‘era imperialista’, cujas características fundamentais são: dependência tecnológico-financeira, concentração de renda, exclusão social e democracia restrita” (FILGUEIRAS, 2010, pp. 38-39).

Deve-se aproveitar o progressivo enfraquecimento do neoliberalismo para a proposição de estratégias alternativas, capazes de romper com o Modelo Liberal-Periférico (FILGUEIRAS & OLIVEIRA, 2012, p. 3). Isso exigiria uma profunda mudança na política econômica em função da estabilização do câmbio, redução das taxas de juros e ampliação dos investimentos e gastos públicos sociais. A busca por ganhos de competitividade passarão pela combinação de políticas educacionais e científico-tecnológicas com uma política industrial de estímulo à inovação. O Estado tratará de defender o sistema econômico da desnacionalização, da centralização, da privatização e

da especialização. O retorno a uma efetiva substituição de importações possibilitaria aumentar a capacidade de autonomia nacional e melhoria da capacidade de o Estado fazer política econômica em favor do emprego e da desconcentração de renda.

3.2.2. Transnacionalização do capital, Reversão Neocolonial e burguesia de negócios.

Partindo do resgate da tradição da formação nacional, SAMPAIO JR. (2007, 2011) busca compreender quais os nexos que mantêm repostos o subdesenvolvimento e a dependência do Brasil na época da transnacionalização do capital. A ideia é que nessa nova fase do capitalismo a periferia latino-americana e em particular o Brasil passam a estar sob o risco do processo de *reversão neocolonial*, que é a corrosão da capacidade do Estado nacional de enfrentar seus problemas históricos e controlar o seu destino, definindo o ritmo, intensidade e sentido do processo de desenvolvimento de acordo com os meios a seu alcance e com os fins nacionais e democráticos. Isso se dá fundamentalmente pela falta de bases políticas e materiais para a burguesia brasileira resistir à avalanche externa, além da sua própria adesão, que a empurra crescentemente para uma condição de burguesia de negócios e acelera a urgência da revolução democrática e nacional para as forças sociais e políticas comprometidas com a formação do país.

A base teórica para a tese da reversão neocolonial se situa pelo menos em dois pontos. O primeiro é o diagnóstico de que o período dos anos 1960 e 1970, marcado pela aceleração do crescimento, industrialização, internacionalização dos mercados internos e fortalecimento relativo das burguesias dependentes levou a uma guinada nas visões teóricas, que passaram a crer na possibilidade de conciliar a dependência com o desenvolvimento, autonomia nacional e industrialização (SAMPALIO JR., 1999b). Em pleno período de transnacionalização do capital, tais visões desarmaram o pensamento crítico frente aos desafios que se gestavam e que atingiram clímax na longa crise inaugurada nos anos 1980 e conduziram a uma crise da teoria do desenvolvimento. Em segundo lugar, como resposta a tal movimento, repõe-se a necessidade de retornar aos grandes pensadores do Brasil, em particular Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes (SAMPALIO JR., 1999a). Orientados pela perspectiva da *formação*, isso é, pela necessidade de entender os problemas do presente à luz do passado colonial e de como ele persiste na combinação entre segregação social e dependência externa no Brasil, tais autores dão pistas de como interpretar os dilemas atuais.

O marco dos problemas presentes tem como origem o processo de Transnacionalização do Capital que desponta nos anos 1970. Do ponto de vista econômico, ele implica uma amplificação da concorrência e da mobilidade dos capitais; do ponto de vista política, é pautado pela luta pelo

controle do Progresso Técnico e dos mercados. Enquanto o centro capitalista busca minimizar os efeitos do fenômeno por política neomercantilistas e via reposicionamento das suas fronteiras econômicas nacionais, a periferia sofre com o enfraquecimento do Estado e da capacidade das burguesias locais de se defender das tendências externas (SAMPAIO JR., 2007, pp. 145-147).

Monta-se uma verdadeira nova dependência que enreda a periferia do capitalismo e em particular a latino-americana por três frentes. Primeiro, a aceleração e a difusão desigual do progresso técnico só amplia o atraso tecnológico da periferia. Dado o padrão de abertura comercial e financeira, isso a expõe a uma tendência de desestruturação produtiva que paralisa e faz regredir a industrialização e limita o papel do Investimento Direto Estrangeiro a um progressivo padrão de enclave. Segundo, a integração financeira e a ditadura da estabilidade monetária reforçam a dependência financeira com consequente desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos. Enquanto a realocização na divisão internacional do trabalho tendem a ampliar os saldos comerciais que se tornam contrapartidas para o pagamento da dívida, o balanço é pressionado pelas importações que viabilizam a intensificação da modernização dos padrões de consumo e pela absorção de empréstimos. E terceiro, o progresso técnico nos setores de comunicações e transportes levam ao paroxismo a intensificação da dependência cultural. Uma vez internalizada a sacralização dos mercados, exige-se maior concentração da renda e exclusão e, por outro lado, a renúncia à vontade política própria e ao Estado Nacional, seu principal instrumento (IDEM, pp. 147-149).

Isso só se aprofunda com a crise econômica que eclodiu em 2007-2008. Dado que a solução orquestrada pelos EUA e pelo grande capital financeiro internacional não desvaloriza o estoque de ativos tóxicos, não abre novos horizontes para acumulação e protela as medidas de controle de movimentos de capitais e coordenação da atividade internacional, o resultado só pode ser a fragilização do sistema financeiro, barreiras à normalização do crédito, a manutenção das expectativas deprimidas e de um baixo crescimento e o acirramento das relações internacionais. O Brasil é atingido, desta forma, por uma alta relativa dos ativos financeiros nacionais, que se apartam do ritmo de acumulação produtiva, pela saída de lucros e dividendos para as matrizes, em parte subsidiada pelas políticas de socorro às grandes empresas, pela guerra comercial e cambial acirrada e pelo aumento dos riscos de endividamento acelerado e especulação por capitais voláteis. Resulta disso o reforço ao desequilíbrio externo, a subordinação do Estado aos interesses do grande capital interno e externo – com redução da margem de manobra para investimentos e políticas sociais –, a aceleração do endividamento das famílias que expõe o sistema financeiro à solvência em um contexto de desemprego e precarização das relações de trabalho, e por fim o aprofundamento da regressão industrial e da especialização regressiva, que empurra o país para os setores em que explora vantagens competitivas – como produtos primários e semimanufaturados, de baixo

conteúdo tecnológico, alto consumo energético e elevado impacto sobre o meio ambiente (SAMPAIO JR., 2011).

Por trás das aparências de governos progressistas que afirmam conciliar crescimento, distribuição de renda e soberania nacional, surge como sentido do processo o risco redobrado de reversão neocolonial (SAMPAIO JR., 2012b). Assim, é descabido falar de um neodesenvolvimentismo (SAMPAIO JR., 2012a). O desenvolvimentismo representou a utopia burguesa que buscava conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional e que foi destruída pela ditadura de 1964 no Brasil e pelo ciclo de ditaduras latino-americanas. Ora, quando os novos teóricos diluíram as contradições entre imperialismo e desenvolvimento e entre pobreza e desenvolvimento capitalista autodeterminado, a problemática do desenvolvimento se resume ao desenvolvimento capitalista, acumulação de capital e modernização. Nessa esteira, o neodesenvolvimentismo situa-se em um capítulo específico da história recente, dentro dos conflitos acerca da linha econômica dos governos petistas do início do século XXI e busca, sob uma conjuntura favorável, afirmar a conciliação entre os aspectos positivos tanto do neoliberalismo como do velho desenvolvimentismo. Ele é, nesse sentido, uma nova versão de uma teoria do crescimento tida como solução para o país e cumpre o duro papel de arma ideológica de facções dentro do governo para diferenciar o governo “neoliberal” de FHC dos governos Lula e Dilma e reforçar nas massas o mito do crescimento como solução dos problemas nacionais (SAMPAIO JR., 2012a, pp. 685-686).

O problema reside, fundamentalmente, na incapacidade de o Estado nacional resistir às pressões da transnacionalização do capital e na redução dos graus de liberdade da burguesia brasileira frente a esse capital. Do ponto de vista político, desfez-se a conjuntura da Guerra Fria que dava capacidade de barganha das classes dominantes locais. Do ponto de vista econômico, são progressivamente corroídas as bases materiais sob o controle da burguesia brasileira, direta ou indiretamente via Estado. Isso resulta em uma adesão da burguesia brasileira à ideologia e às políticas neoliberais em prol de uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo, o que a faz sancionar a realocização do país na divisão internacional do trabalho. Em síntese:

“Sem sustentação externa e sem base material interna para sustentar o seu poder de classe, as burguesias dependentes estão se convertendo em burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros” (SAMPAIO JR., 2007, p. 147).

Resta às forças políticas comprometidas com o futuro da nação, fundamentalmente as classes trabalhadoras, o povo pobre e todos os comprometidos com o ideal da formação, lançar

como prioridade a revolução nacional – quebra das redes de dependência econômica e cultural – e a revolução democrática – o fim da segregação social. Isso é, trata-se de recolocar na agenda a *revolução brasileira*, capaz de livrar o país do caráter dependente do sistema econômico, da natureza assimétrica do regime de classes e do fardo pesado da cultura colonialista que impede o povo de tomar decisões em função de projetos próprios.

3.2.3. Brasil, Capital-Imperialismo e o Imperialismo brasileiro.

O problema de Virgínia Fontes é compreender como o padrão de capitalismo gestado no pós-2ª Guerra Mundial, o Capital-Imperialismo, ao acirrar e acelerar os processos de acumulação de capital, impacta, se combina e estimula o desenvolvimento capitalista brasileiro, em particular o seu imperialismo, e quais as consequências no plano das lutas de classes. Mobilizando uma interpretação do capitalismo baseado na necessidade combinada entre acumulação e expropriação, tenta mostrar como se manifestam no país as modernas tendências do capital à retirada dos direitos sociais, ao encapsulamento das lutas nos limites nacionais, à privatização e desnacionalização, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão de parcela da burguesia brasileira para fora dos limites do país.

A autora parte da ideia de que a expansão capitalista tem como característica, em um plano geral, a exploração e a expropriação como uma totalidade: enquanto a primeira é a atividade de acumulação em si, a segunda representa a disponibilização massiva de força de trabalho e recursos sociais de produção para acumulação, funcionando como condição inicial, meio e resultado da primeira (FONTES, 2011, pp. 103-104). Essa noção se reforça se se entende o capital monetário, forma desenvolvida da relação capital, como uma força concentrada e difusa, que não se limita a extrair, exige a expansão das relações sociais capitalistas (IDEM, p. 105). O capital exige permanentes expropriações: as primárias (camponesas), referentes à propriedade da terra, que formam força de trabalho livre, e secundárias ou expropriações, que se referem a direitos coletivos sobre o Estado, sobre bens sociais ou da natureza.

Do ponto de vista lógico, o capital-imperialismo nasce da exacerbação dessa dupla tendência expansiva do Capital. Do ponto de vista histórico, é o capitalismo que já nasce de uma base monopolizada e internacionalizada, em que a expansão capitalista não se realiza senão sob a forma imperialista. Já sob a Guerra Fria e o “fantasma atômico”, a expansão da acumulação e das expropriações se baseia na composição política e econômica das potências imperialistas debaixo do poder assimétrico dos EUA, na reação ao avanço do comunismo e na tentativa de impor aos trabalhadores de todo o mundo a naturalização da desigualdade entre nações (FONTES, 2011, pp. 115-119). O movimento do capital-imperialismo passa por três tendências: “(...) tende a *capturar*

todos os recursos disponíveis para convertê-los em capital; precisa promover a disponibilização de massas crescentes da população mundial, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, transformar todas as atividades humanas em trabalho, isto é, em formas de produção/extração de valor” (IDEM, p. 120). À crescente mobilidade espacial do capital, o capital-imperialismo opera o *encapsulamento* das lutas sociais dentro dos territórios nacionais e da democracia formal, junto com sua fragmentação. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas diversas “frentes móveis de ação do capital-imperialismo”, um conjunto de instituições estatais, multilaterais ou não-governamentais com a missão de difundir novos valores, práticas, técnicas em todos os aspectos da vida social em favor da legitimação da ordem.

É na expansão do capital-imperialismo e nas formas concretas de sua manifestação no Brasil que se deve entender o fenômeno do imperialismo brasileiro. Para isso, é preciso frisar que tais manifestações se subordinam à especificidade histórica do país, pela impossibilidade de “repetir” a trajetória dos países desenvolvidos sem passar por resistências políticas à mudança e em especial pela ideia, extraída de Florestan Fernandes, de que a acumulação burguesa dependente (caso do Brasil) e a ordem burguesa em geral têm como condição uma “contrarrevolução permanente”, antidemocrática e antissocial.

Dito isso, a autora explica que a expansão capital-imperialista enredou o Brasil em suas teias desde meados do século XX, quando teve como subproduto a industrialização brasileira. Foi quando o ápice do segundo grande ciclo de lutas populares (o primeiro foi o dos anos 1920-30) foi encerrado pelo golpe de 1964. Mas é no terceiro ciclo, de 1975 a 1989, e em especial na sua repressão a partir dos anos 1990, que amadurece no Brasil o Capital-imperialismo (FONTES, 2009, pp. 231-235). O distintivo agora é que a força do movimento dos trabalhadores confrontado com as debilidades e vacilações da burguesia frente à crise que eclode nos anos 1980, além do fim da Guerra Fria que inviabilizava um argumento político para a saída ditatorial, impõe um formato democrático para a tradicional “fuga pra frente”. A forma democrática viabilizou uma pesada contraofensiva contra os direitos (boa parte deles recém-conquistados), as organizações e a ideologia classista, democrática ou popular, viabilizada exatamente através da institucionalidade eleitoral, em um movimento cujo ápice foi o início do governo Lula em 2003.

O movimento correlato de expansão do capital ocorreu sob o signo da abertura e integração ao capital-imperialismo mundial. Longe de mera subordinação, explica a autora, tratou-se de uma incorporação pela burguesia brasileira, dos parâmetros internacionais predominantes com a manutenção de suas históricas truculência e autocracia. Essa incorporação foi facilitada, explica, por tratar-se já de uma economia capitalista e industrial relativamente consolidada, com um mercado interno relevante (embora desigual, hierarquizado e voltado para a provisão de bens não-

essenciais) fortalecido pelo crédito e pela recente estabilidade monetária (FONTES, 2009, pp. 237-238).

O novo ciclo sob a ordem capital-imperialista tem dois traços marcantes. O primeiro deles foi o amplo processo de alteração da “(...) escala de concentração de capitais com base no território brasileiro, potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de investimentos diretos estrangeiros- IDEs na economia, concentração estimulada através das privatizações, de centralização (fusões e aquisições) de empresas, pela continuidade das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros” (FONTES, 2009, p. 235). Esse processo teve como decorrência principal uma profunda desnacionalização da economia a partir dos anos 1990.

O segundo traço, aparentemente contraditório com o primeiro, mas próprio do capital-imperialismo, foi o desenvolvimento do imperialismo brasileiro, que amadurece desde os anos 1980 e atinge clímax durante o ciclo de crescimento dos 2000. Caracterizado por um novo patamar na escala de concentração e centralização dos capitais brasileiros (ainda que associados e em certa medida subordinados), com amplo suporte do Estado (via bancos públicos e fundos de pensão, em particular), o imperialismo brasileiro almeja: a) garantir fontes de matérias-primas; b) explorar a força de trabalho em outros países sob os padrões brasileiros mais truculentos; e c) favorecer a política de alívio *por gotejamento* das pressões sociais internas ao mesmo tempo em que fundamenta o ufanismo e obscurece as relações sociais (FONTES, 2010a).

A burguesia brasileira, explica a autora, não possui *status* de burguesia nacional, com sua correspondente autonomia. Ela é “(...) burguesia cuja implantação cobre o território nacional, cuja associação subalterna ou cresce como burguesia ou recua para uma situação de mera prestadora dos sistemas internacionais” (FONTES, 2010b). Nesse movimento contraditório, a burguesia se torna crescentemente capital-imperialista, mesmo que a última dentre as primeiras. Dessa forma, o capitalismo brasileiro adquire cada vez mais traços imperialistas.

Como parte de seu novo caráter e da etapa histórica da reação dentro da institucionalidade democrática, a burguesia lança mão de uma miríade de frentes de luta para manter-se no poder. Dentre elas, destacam-se a conversão “mercantil-filantrópica” de movimento sociais, o empresariamento direto de setores populares até as novas tendências para a responsabilidade social corporativa e o voluntariado, estimula e delimita um apassivamento dos trabalhadores frente à precarização do trabalho com formas de ativismo estéreis e, por fim, a consolidação de uma nova pedagogia da hegemonia sob a liderança da burguesia (FONTES, 2010a, pp. 346-348).

A despeito de todas as tendências de associação da burguesia brasileira ao capital-imperialismo mundial, as contradições geradas pela expansão desse capital recolocam no horizonte a perspectiva da retomada de lutas igualitárias capazes de romper com a lógica antissocial do

capital. Trata-se de lutar contra todas as formas de manifestação de capital-imperialismo para superar a desigualdade social e a democracia esvaziada, exigindo a unidade com povos vizinhos explorados pela burguesia brasileira e pelo capital estrangeiro que opera a partir do país.

4. Confrontando interpretações – conclusões preliminares

À luz da matriz teórica exposta no ponto 2 e das visões críticas apresentadas no ponto 3.2, é possível fazer uma crítica preliminar, um contraponto às novas teses desenvolvimentistas em alguns aspectos relevantes, sem a pretensão de esgotar o debate nesse artigo ou mesmo dentro da literatura existente.

Em primeiro lugar, os novos desenvolvimentismos parecem excessivamente otimistas em identificar uma mudança de qualidade com um desempenho econômico que, findo o ano de 2012, já não aparece tão diferenciado na série histórica. A dificuldade de conciliar gasto social e investimentos com os superávits primários e o controle da inflação – ainda mais sob o bombardeio midiático que tenta carregar a política monetária de uma responsabilidade além do alcance – revela mais limites que opções. Por mais forte que seja a vontade política de mudança, é preciso considerar a base material do Estado brasileiro para executar um novo plano. É cedo para falar que os anos 2000 começaram com um ciclo efêmero como outros, mas já não é uma hipótese a descartar.

Segundo, existe uma excessiva confiança na tese de que houve um equacionamento estável da questão externa. Se se considera o montante do passivo externo líquido sob a forma de aplicações de alta liquidez, as reservas acumuladas revelam-se muito pequenas frente à abertura financeira (que não regrediu, mas se aprofundou durante o governo Lula) e mesmo à operação de redução da taxa básica de juros realizada entre 2011 e 2012. Os decrescentes saldos comerciais e os crescentes déficits em transações correntes apontam para uma incoerência potencial que, mesmo não se resolvendo de forma catastrófica, pode ser letal para mostrar a real capacidade de o Estado nacional enfrentar a vulnerabilidade externa. Os riscos de desestabilização oriundos do livre movimento de um capital transnacionalizado não são levados na conta devida.

Terceiro, as políticas recentes de redução de impostos não tendem a chegar de forma proporcional aos trabalhadores em termos de emprego ou via menores preços. Mediado por um mercado oligopolizado e ultradefensivo, elas devem dar curso a uma redistribuição de renda regressiva que impactará, na ponta, a capacidade já pequena de o Estado garantir direitos universais, empurrando, como vem fazendo, para uma agenda de privatização dos serviços públicos.

Na realidade, ainda é muito cedo para se afirmar que o neoliberalismo deixou de ser a política e a ideologia dominantes no Brasil. O arranjo macroeconômico, mesmo quantitativamente

flexibilizado, conserva o núcleo de suas operações intacto e passará por uma prova de fogo no presente ano. A abertura financeira e comercial, tão danosos à economia nacional, preservam patamar de cláusulas pétreas – sem falar que o livre-comércio foi e continua sendo ponta de lança da política externa brasileira. Podemos até assumir que a desarticulação dos centros internos de decisão e o naufrágio de um projeto nacional de desenvolvimento sejam duas faces da mesma moeda, uma crescente incapacidade de controlarmos nosso destino.

A burguesia brasileira nesse processo precisa ser entendida como resultado da crise dos anos 1980 e 1990 que redesenhou o capitalismo dependente. Ela foi partícipe e beneficiária, ainda que de forma desigual entre setores e ao longo do tempo, do processo de privatizações, desnacionalização e fuga para rentismo. Na base produtiva, ela reside em setores de baixa incorporação de tecnologia, dependentes dos ciclos internos e externos, do acesso à força de trabalho barata e de formas predatórias de extração de recursos naturais, sem falar no suporte estatal, em especial do BNDES, para ampliar sua escala de concentração e permitir a transnacionalização de alguns grupos. Isso não quer dizer que seja “fraca”, mas que esteja profundamente apoiada nos negócios do Estado e revelando, no fundo, os limites da própria economia brasileira. É cada vez mais burguesia imediatista, negociadora, empurrada por uma nova rodada de desindustrialização para se decidir entre a intermediação de importados e o aluguel do seu mercado interno e o seu desaparecimento.

Não é pouca coisa afirmar que a estratégia de cooptação e coerção vive momento de ápice sob o governo petista. Ele consegue incorporar parte expressiva do movimento sindical e popular para suas redes e reprimir (ou ignorar a repressão nos estados e municípios) as poucas manifestações de conflitos com o movimento popular. Dessa forma, serve à continuidade da ordem e propensa às formas mais brutas de manifestação das relações capitalistas de produção e expropriação.

As novas teses desenvolvimentistas dão pouca atenção a uma questão tão importante quanto a dos agentes e a dos conflitos existentes na decisão dos rumos da economia e na estrutura de poder correlata. As jogar peso excessivo na noção de autonomia do Estado e do primado do político, esquecem de entender como as próprias forças políticas em conflito estruturam e recriam um marco histórico dentro do qual a ação ocorre. Dessa forma, os projetos, estratégias e planos “sobrevivem” suas possibilidades históricas de existência e residem numa possibilidade de uma vontade exterior se impor à sociedade cruzada por diversas forças que disputam permanentemente seus rumos.

5. Considerações finais: agenda de pesquisa.

Este trabalho assume uma posição crítica das novas visões desenvolvimentistas tomando três interpretações críticas de matrizes distintas. Foi realizado um contraponto preliminar, buscando mostrar os limites e o excesso de otimismo presente naqueles que acreditam ser os anos 2000 uma virada histórica para o desenvolvimento. O caráter e o papel da burguesia brasileira nesse período parecem revelar ou reforçar tais conclusões.

Há, contudo, uma agenda de pesquisa para que se possa realmente assumir esse problema como central e obter respostas mais embasadas. Do ponto de vista teórico, exige resgatar o pensamento brasileiro que buscou compreender essa problemática em outros tempos, em especial no período do “velho desenvolvimentismo”. Também exige entender e criticar as teorias sobre a autonomia relativa do Estado e as que focalizam o conflito no capitalismo entre capitais financeiro e produtivo. Do ponto de vista concreto, trata-se de entender qual é essa burguesia sobre os aspectos diversos – relação entre elas, com o capital internacional, com o Estado, com o Trabalho etc. Passa por mapear quem são os grandes grupos econômicos, qual sua força relativa setorial, sua base financeira e tecnológica, seu padrão de internacionalização. Também quem são os grupos controladores e como se relacionam entre si e com o Estado.

Com isso, espera-se dar uma contribuição mais firme ao entendimento do sentido das transformações aceleradas pelas quais parece passar o país e à tomada de rumo certo na solução de nossos problemas históricos, sempre repostos e nunca resolvidos.

6. Bibliografia

- BARBOSA, Nelson e SOUZA, José Antônio Pereira de. A inflexão no Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER e GARCIA, 2010. PP. 57-110.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (2012). A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez.2012.
- BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (2006). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez.2012.
- BOITO JR., Armando – Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007.

- BRANCO, Rodrigo Castelo (2009). O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.1. 2009. P. 71-91.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2010a). Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Disponível: <<http://bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4642>>. Acesso: 28/10/2012.
- _____. (2010b) Novo-desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil. *Nueva Sociedad*. Especial em Português, pp. 58-72. Buenos Aires, Argentina, 2010.
- _____. (2012). Estratégia nem wage, nem export-led, mas novo-desenvolvimentista. Trabalho para o Dossiê da Crise III, da Associação Keynesiana Brasileira, abril de 2012. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4921>>. Acesso em: 13/02/2013.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros (2011). Desafios do Desenvolvimento Brasileiro. In: CARNEIRO, R. & MATIJASCIC, M. (orgs.). *Desafios do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2011. Pp. 15-28.
- _____. Velhos e novos desenvolvimentismos (2012). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez.2012.
- COSTA, Fernando Nogueira da (2012). Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 205, maio de 2002.
- COUTINHO, Luciano (2011). Entrevista com Luciano Coutinho. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 9, p. 406-419, 2011.
- ERBER, Fábio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, Vol. 31, Nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.
- FILGUEIRAS, Luiz. (2006) O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. IN: BASUALDO & ARCEO (2006). P. 179-206.
- _____. e GONÇALVES, Reinaldo. (2007) A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- _____.; PINHEIRO, Bruno, PHILIGRET, Celeste, BALANCO, Paulo (2010). Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. P. 19-34.
- _____. e OLIVEIRA, Elizabeth (2012). A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro. In: *XVII Encontro Nacional de Economia Política*, 2012, Rio de Janeiro.
- FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Texto para Discussão*, São Paulo, n. 4 (Rede Desenvolvimentista), maio 2012. Disponível em:

<http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=viewdownload&catid=14&cid=179&lang=pt#.T-f2rLW0z_M>. Acesso em: 10 dez. 2012.

FONTES, Virginia (2009). O imperialismo brasileiro. IN: INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG et al. Empresas transnacionais na América Latina: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009. P. 220-245.

_____. (2010a) O Brasil e o capital-imperialismo - Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

_____. (2010b) “O imperialismo brasileiro está nascendo?”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/31982-o-imperialismo-brasileiro-esta-nascendo-entrevista-especial-com-virginia-fontes>>. Acesso em: 07/10/2010. Entrevista concedida ao IHU – Instituto Humanitas Unisinos. Publicado em 07/05/2010.

_____. (2011) O capital-imperialismo: algumas características. *Novos temas: Revista de debate e cultura marxista*, nº 3. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP, p. 103-131, junho de 2011.

FURTADO, Celso (1977). Prefácio à Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. (1981). Pequena Introdução ao Desenvolvimento – enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. IN: BASUALDO & ARCEO (2006). P. 207-236.

_____. Desempenho Macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-2010). In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. P. 161-179.

_____. (2012) Governo Lula e nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, nº 31, fevereiro de 2012.

MANTEGA, Guido (2007). Entrevista concedida a Adriana Fernandes de O Estado de São Paulo, 14 out. 2007.

MATTEI, Lauro (2011). Gênese e agenda do “novo-desenvolvimentismo brasileiro”. In: IV Encontro da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>>. Acesso em: 30/01/2013.

MORAIS, Lecio e SAAD-FILHO, Alfredo (2011). Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

OLIVA, Aloisio Mercadante. (2010a) Cenários e Perspectivas do Brasil pós-governo Lula. In: *Revista Versus*, abril de 2010. Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas/ UFRJ. P. 32-39.

- _____. (2010b) As base do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). Tese de doutoramento. – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 17/12/2010.
- OREIRO, José Luís (2012). Wage-led versus Export-led: Desfazendo confusões conceituais. Postado em 24/09/2012. Disponível em: <<http://jlcoreiro.wordpress.com/2012/09/24/wage-led-versus-export-led-desfazendo-confusoes-conceituais/>>. Acesso em: 13/02/2013.
- OREIRO, José Luís e PAULA, Luiz F. (2010). Uma agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social. *Economia e Tecnologia*. Ano 06, Vol. 20 – Janeiro/Março de 2010.
- POCHMANN, Marcio (2012). Do neoliberalismo ao social-desenvolvimentismo. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/do-neoliberalismo-ao-social-...1>>. Acesso em: 29/01/2013. Publicado em 09/02/2012.
- SADER, Emir & GARCIA, Marco Aurélio (2010). Brasil, entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perseu Abramo : Boitempo, 2010.
- SAMPAIO JR., Plínio S. de Arruda (1999a). O Impasse da "formação nacional". IN: FIORI, José L. (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Editora Vozes, 2000. P. 415-447.
- _____. (1999b) Origem e desdobramento da crise da teoria do desenvolvimento na América Latina. *São Paulo em Perspectiva*, 13 (2), p. 196-202, 1999.
- _____. (2007) Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. IN: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía. Buenos Aires : CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. P. 143-155.
- _____. (2011) Metástase da Crise e Aprofundamento da Reversão Neocolonial. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 85-95., dez. 2011.
- _____. (2012a) Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012
- _____. (2012b) Fatos e mitos dos governos progressistas no Brasil. *Correio da Cidadania*, 24/10/2012. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7758:manchete241012&catid=26:economia&Itemid=58>. Acesso em: <29/10/2012>.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524, outubro-dezembro de 2007.